

**HABEAS CORPUS Nº 570.270 - PE (2020/0078815-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA ROSSITER - PE028051**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : RUTE DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RUTE DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Segundo consta nos autos, a paciente está presa desde o dia 04/09/2018, havendo assim excesso de prazo para a formação da culpa e apontou a situação da pandemia do Covid-19 como justificativa para a concessão da prisão domiciliar.

O impetrante requer a reavaliação da prisão provisória conforme dispõe a Recomendação 62/2020 do CNJ para que se conceda a medida liminar ante o excesso de prazo na formação da culpa e o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, LVII da CF/88. E, subsidiariamente, requer a concessão da prisão domiciliar, conforme o art. 318, II do CPP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas*

# Superior Tribunal de Justiça

***corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente